



RIO DE JANEIRO

Sindicato de Itaguaí/RJ denuncia à Polícia Federal agência contêiner do Santander na UFRRJ

O Sindicato dos Vigilantes de Itaguaí e Seropédica encaminhou denúncia à Polícia Federal sobre as condições de uma agência do Santander em operação no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica/RJ.

O banco Santander continua inovando e descumprindo a legislação brasileira. A nova da vez é a instalação de uma agência contêiner. O local não oferece a estrutura necessária e não está de acordo com normativa de segurança. O Sindicato pediu, ainda, uma fiscalização urgente pela Deleesp da Polícia Federal em Nova Iguaçu/RJ.

“Temos que resguardar a integridade dos trabalhadores no local. Tanto dos vigilantes quanto dos próprios bancários e clientes. No local onde está essa agência contêiner há uma grande circulação de pessoas e, portanto, oferece riscos. Exigimos o cumprimento da Lei 7.102/1983 que estabelece as normas de segurança para funcionamento dos bancos”, afirma Vânia Oliveira Lima, presidente do Sindicato.

O Sindicato também cobra uma postura da empresa Sunset Vigilância e Segurança Privada Ltda por permitir que os vigilantes trabalhem nessas condições.

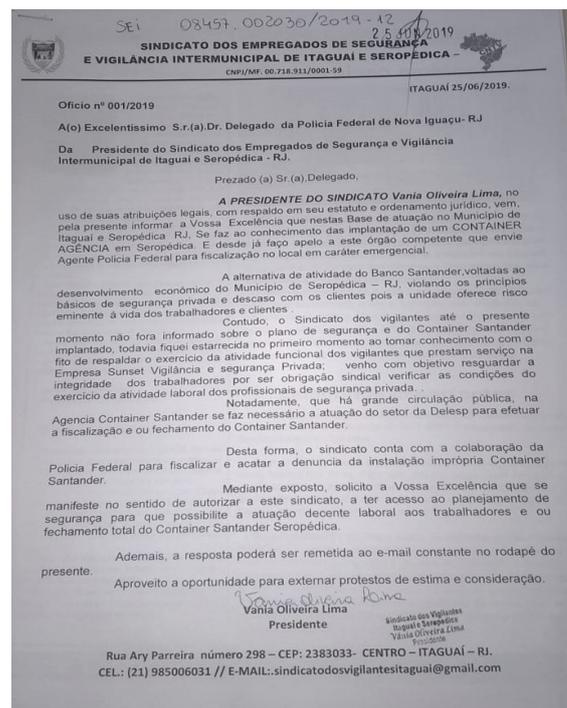
O Santander já havia sido alvo de cobranças por melhorias na unidade. Antes, a unidade funcionava em um prédio deteriorado e isolado das demais edificações do campus da universidade. Para surpresa, o banco apresentou a solução pelo contêiner.

Na última semana, o Sindicato dos Bancários

de Angra dos Reis/RJ enviou um ofício ao Santander também exigindo a regularização da agência. Essa não é a primeira vez que o banco opta por um descaso com funcionários e clientes.

Segundo o sindicato, o descaso pelo banco com os clientes e funcionários é recorrente nesta agência. “Tempos atrás, cobramos do Santander a mudança das instalações da unidade, que oferecia perigo à vida de trabalhadores e clientes. Jamais imaginávamos que seria essa a solução. Confessamos que estamos pasmos!”, diz o sindicato no ofício enviado ao banco.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Itaguaí/RJ



OLHA O QUE A TAL REFORMA TRABALHISTA INSPIRA/ TOPSEG: CONTRATO DE EXPERIENCIA PARA QUEM TEM MAIS DE 3 ANOS E COM JUSTA CAUSA PARA QUEM TEM 2 EMPREGOS E OUTRAS ILEGALIDADES



Outra novidade inspirada pela tal reforma trabalhista/roubo de direitos vem da Topseg. Vigilantes com 3 anos ou mais de emprego estão sendo obrigados a assinar um contrato de experiência, datado de janeiro de 2019 e com prazo de 90 dias.

Além de toda a estranheza da situação, o tal contrato traz um monte de ilegalidades. Imagine:

- pune o vigilante com justa causa se tiver 2 empregos;
- obriga a fazer hora extra;
- impõe que trabalhe em qualquer parte do país.

O Sindicato já questionou e solicitou o cancelamento de tal contrato.

Caso insista o assunto irá para o MPT e contratantes.

Estamos de olho.

Respeite o vigilante!

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

ESPIRITO SANTO

SINDSEG-GV/ES adquire automóveis novos para fiscalização



A Visando melhorar o serviço prestado à categoria e gerar economia nas despesas, o SINDSEG-GV/ES comprou dois novos veículos que serão utilizados para fiscalização.

Os outros dois veículos antigos serão vendidos, conforme definido em Assembleia com a categoria, pois estão sucateados gerando alto custo para manutenção.

Fonte: [SINDSEG GV/ES](#)

Segurança privada fecha 100 mil postos de trabalho em cinco anos

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (25), no primeiro dia da ISC Brasil 2019, a 14ª Feira e Conferência Internacional de Segurança, que acontece até 27 de junho, na capital paulista. (Imagem: Pixabay)



Responsável pela proteção de escolas, hospitais, indústrias, comércios, bancos e órgãos públicos, a segurança privada perdeu cerca de 100 mil postos de trabalho nos últimos cinco anos. Os números são da VI Edição do Estudo do Setor da Segurança Privada, da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (25), no primeiro dia da ISC Brasil 2019, a 14ª Feira e Conferência Internacional de Segurança, que acontece até 27 de junho, na capital paulista.

Em 2014, eram 654.899 trabalhadores no setor. No ano passado, o número chegou a 553.905. A situação só não foi pior porque depois de três anos consecutivos em queda, em 2018 o

setor registrou um crescimento de menos de um por cento (0,98%). De acordo com o estudo, a forte crise econômica dos últimos anos afetou diretamente o setor. Vários contratantes fecharam as portas.

A queda no faturamento é um outro aspecto que comprova o encolhimento do setor. No ano passado, as empresas de segurança, vigilância, escolta armada, transporte de valores e cursos de formação receberam pelos serviços prestados, segundo estimativas, R\$ 33,767 bilhões, quase R\$ 1 bilhão a menos que em 2017, que já havia registrado queda em relação a 2016. O estudo ressalta que os valores não correspondem ao lucro e incluem gastos com salários, impostos, encargos sociais e outros.

“Na edição anterior do levantamento, o indicativo já era de queda no número de trabalhadores, o que foi provocado pela redução do número de contratantes devido à crise econômica. A queda no faturamento era uma consequência natural”, disse o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário.

Para ele, os números mostram que apesar do aumento da criminalidade, o setor segue em queda. “A crise veio quebrar o mito de que a segurança privada cresce com a criminalidade”.

De acordo com Jeferson, os resultados não são ruins apenas para o segmento e para a economia do país, mas também para o governo. “Mais de 80% do faturamento do segmento retorna para os governos municipal, estadual e federal em impostos e encargos sociais. Somos responsáveis por cerca 0,5% do PIB do Brasil. Logo, o governo tem arrecadado menos também. Além disso, são menos vigilantes nas ruas ajudando a garantir a segurança da população, e permitindo que os policiais atuem onde de fato são necessários, que é na segurança ostensiva”, disse.

Na opinião do presidente da Fenavist, a automação no setor de segurança não afeta o segmento. “A tecnologia vem somar, não vem diminuir, porque o homem, na área de segurança, não é afastado da ação. Então, a máquina vem para ajudar a fazer uma cobertura maior e uma ação rápida de quem está monitorando. Então a gente entende que isso vem a agregar e não a afetar na diminuição de postos”.

Estatuto

Segundo o presidente da Fenavist, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada poderia minimizar a queda no setor. “Estamos ansiosos com a aprovação do estatuto, que agora está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que é a última esfera para aprovação. Com isso, ele vem regular e fortalecer a fiscalização da Polícia Federal nas empresas, porque existe um universo de clandestinidade muito grande. Os

números mostram que existem três vigilantes trabalhando na clandestinidade para cada um na formalidade”.

O Projeto de Lei 4238/12 reúne mais de uma centena de propostas. Segurança em eventos, proteção da área externa de presídios e outras propriedades militares são apenas algumas das atividades que o segmento poderia assumir a responsabilidade, de forma a desafogar a segurança pública, como ocorre nos países do primeiro mundo.

O estudo foi desenvolvido a partir do cruzamento de dados do Ministério da Economia, Secretaria de Previdência Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Receita Federal, Polícia Federal, entre outros. A análise das informações foi feita pelo Departamento de Estatística da Fenavist.

Empresas

Segundo o levantamento, em 2018, existiam 2.694 empresas autorizadas a atuarem na segurança privada. A Região Sudeste concentra a maior parte com 1.062 empresas (39,4%), em seguida aparecem o Nordeste (593/22,0%), o Sul (527/19,6%), o Centro-Oeste (304/11,3%) e o Norte (208/7,7%).

Do total de empresas autorizadas, 296 são cursos de formação. O número se manteve estável em relação a 2014, quando existiam 297 escolas aptas a darem o curso de formação de vigilantes.

Atualmente, são 553.905 postos de trabalho. Também no quesito número de trabalhadores a Região Sudeste lidera. São 272.224 (49,1%). No nordeste são 111.893 (20,2%). O Sul tem 84.538 trabalhadores (15,3%). Depois, aparecem o Centro-Oeste 53.841 (9,7%) e o Norte 31.409 (5,7%).

Do total de trabalhadores, 476 mil são vigilantes, e o restante dos empregados atua em outras funções das empresas.

Fonte: Agência Brasil

Prazo para saque do abono salarial termina nesta sexta

Valores vão de R\$ 84 até R\$ 998, de acordo com a quantidade de dias trabalhados durante o ano-base 2017



Os trabalhadores cadastrados no PIS(Programa de Integração Social) têm até sexta-feira (28) para sacar o abono salarial do calendário 2018/2019. Os valores vão de R\$ 84 até R\$ 998, de acordo com a quantidade de dias trabalhados durante o ano-base 2017.

De acordo com a Caixa, os benefícios, que totalizam R\$ 16,9 bilhões, foram liberados de forma escalonada para 22,5 milhões de beneficiários, conforme o mês de nascimento, e agora estão disponíveis para os nascidos em qualquer mês. Até maio, o banco pagou R\$ 15,6 bilhões a 20,6 milhões trabalhadores.

O valor do benefício pode ser consultado no Aplicativo Caixa Trabalhador, no site do banco ou pelo Atendimento Caixa ao Cidadão, pelo telefone: 0800 726 0207.

Pode sacar o abono o trabalhador inscrito no PIS ou no Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) há pelo menos cinco anos e que

tenha trabalhado formalmente por pelo menos 30 dias em 2017 com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

“Os titulares de conta individual na Caixa com cadastro atualizado e movimentação na conta, podem ter recebido crédito automático antecipado. Quem possui o Cartão do Cidadão e senha cadastrada pode se dirigir a uma casa lotérica, a um ponto de atendimento Caixa Aqui ou ir aos terminais de autoatendimento da Caixa para receber o abono”, informou o banco..

Segundo a Caixa, caso o beneficiário não tenha o Cartão do Cidadão ou não tenha recebido automaticamente em conta, ele pode retirar o valor em qualquer agência da Caixa, apresentando o documento oficial de identificação.

O trabalhador em empresa pública, com inscrição no Pasep, recebe o pagamento do abono pelo Banco do Brasil.

Fonte: R7

CUT e centrais intensificam mobilização nacional contra reforma da Previdência

Em nota oficial, centrais sindicais reforçam pressão a parlamentares como principal instrumento de luta para barrar a votação da reforma



Reunidas em Brasília nesta terça-feira (25), a CUT e demais centrais decidiram investir na mobilização para vencer a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, nome oficial da reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PSL), e marcaram um Dia Nacional de Mobilização no dia 12 de julho.

Em nota divulgada após a reunião, as centrais sindicais afirmaram que vão continuar a mobilização junto ao Congresso Nacional, em reuniões com parlamentares de diferentes partidos políticos, reafirmamos o posicionamento contrário ao relatório substitutivo do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

“A unidade de ação foi essencial para o

sucesso das iniciativas até aqui coordenadas pelas Centrais Sindicais”, diz trecho da nota que conclama “as bases sindicais e os trabalhadores a intensificar e a empregar o máximo esforço para atuar junto às bases dos deputados e senadores, nos aeroportos, com material de propaganda, e marcar presença também nas mídias sociais, exercendo pressão contrária à reforma em debate no Congresso Nacional”.

Na próxima sexta-feira (28), as centrais sindicais farão um balanço dos trabalhos da semana, do andamento do processo legislativo na Comissão Especial e dos preparativos para a mobilização de 12 de julho.

Leia a íntegra da nota:

Centrais mobilizadas contra a Reforma da Previdência

As Centrais Sindicais, reunidas em Brasília na semana de 24 de junho, deram continuidade à mobilização e à atuação institucional junto ao Congresso Nacional para enfrentar a Reforma da Previdência e da Seguridade Social. Em reuniões com parlamentares de diferentes partidos políticos, reafirmamos nosso posicionamento contrário ao relatório substitutivo do deputado Samuel Moreira.

Renovamos e destacamos a importância de reforçar a atuação junto ao parlamento e parlamentares, visando argumentar e tratar das questões e do conteúdo dessa nefasta reforma.

A unidade de ação foi essencial para o sucesso das iniciativas até aqui coordenadas pelas Centrais Sindicais. Reafirmamos nosso compromisso de investir na continuidade da unidade de ação

As Centrais Sindicais conclamam as bases sindicais e os trabalhadores a intensificar e a empregar o máximo esforço para atuar junto às bases dos deputados e senadores, nos aeroportos, com material de propaganda, e marcar presença também nas mídias sociais, exercendo pressão contrária à reforma em debate no Congresso Nacional.

Nosso estado de mobilização permanente, que deve ser debatido e confirmado em assembleia nos locais de trabalho, é a resposta para barrar a aprovação do projeto e também evitar que os pontos críticos sejam reintroduzidos no texto.

Declaramos que, em 12 de julho, realizaremos um Dia Nacional de Mobilização, com atos, assembleias e manifestações em todas as cidades e em todos os locais de trabalho, bem como estaremos unidos e reforçando o grande ato que a UNE (União Nacional dos Estudantes) realizará nesta data em Brasília, durante seu Congresso Nacional.

Em 28 de junho, as Centrais Sindicais farão um balanço dos trabalhos da semana, do andamento do processo legislativo na Comissão Especial e dos preparativos para a mobilização de 12 de julho.

Investir na mobilização que cresce com a nossa unidade é reunir forças para convencer e vencer esta luta.

Fonte: CUT Nacional

Técnica de enfermagem vai receber em dobro por trabalhar em feriados

Ela trabalhava em turnos de 12 X 36.



A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Biocor Hospital de Doenças Cardiovasculares Ltda., de Nova Lima (MG), ao pagamento em dobro dos feriados em que uma técnica de enfermagem havia trabalhado. Embora seus turnos fossem de 12h de serviço por 16h de descanso, a jurisprudência do TST assegura a remuneração em dobro do trabalho prestado em feriados.

Feriados nacionais

Na reclamação trabalhista, a empregada, contratada em 2009, afirmou ter trabalhado em vários feriados nacionais sem ter recebido o devido pagamento em dobro.

Em defesa, o hospital sustentou que os feriados em que a técnica esteve de plantão haviam sido pagos ou compensados e que os acordos coletivos contemplavam tanto o repouso semanal quanto a compensação da jornada, em razão das 36 horas de descanso.

O juízo da 2ª Vara do Trabalho de Nova Lima (MG) afastou a argumentação da empresa e a condenou ao pagamento em dobro dos feriados em que a técnica havia trabalhado e que não

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

tinham sido pagos. A sentença, no entanto, foi reformada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), que deu provimento ao recurso interposto pelo hospital, para excluir os pagamentos.

Jurisprudência

A relatora do recurso de revista da empregada, ministra Maria Cristina Peduzzi, destacou que, de acordo com a jurisprudência do TST (Súmula 444), a validação do regime de compensação 12X36 depende, necessariamente, da previsão em lei ou de ajuste por meio de norma coletiva, desde que seja assegurado o pagamento em dobro do trabalho prestado em feriados. “Não é válida, assim, a negociação coletiva, no ponto em que afastou a remuneração em dobro dos feriados trabalhados”, concluiu.

A decisão foi unânime. Processo: RR-11511-20.2016.5.03.0165

Fonte: TST

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF